

DEPOIMENTO DA PROFESSORA BIA ABRAMIDES É ADIADO

A primeira oitiva do processo administrativo movido contra a professora Bia Abramides foi adiada pela Comissão Processante, na quarta-feira, 27/3.

A professora Bia Abramides, representada pelos advogados Aton Fon Filho, que tem se notabilizado pela defesa dos movimentos sociais, Giane Alvares e Sabrina Nouredine, havia pedido os vídeos arrolados como prova no processo. Durante toda a semana ocorreram várias evasivas dos responsáveis pelo processo e somente na véspera da oitiva o vídeo chegou às mãos da Comissão, composta pelos professores Antonio Marcio da Cunha Guimarães, Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, Sandra Mara Ribeiro Muradi.

Como não havia tempo

hábil para o exame desse material, a Comissão decidiu pelo adiamento da sessão, que poderá acontecer nesta semana.

A professora Bia Abramides é acusada pela reitora imposta de ter obstaculizado a sessão do Consun do mês de fevereiro. A acusação invoca artigos baseados na CLT, numa clara tentativa de abrir um procedimento de demissão contra a professora.

Professores, estudantes e trabalhadores do Brasil e da América Latina entenderam prontamente que o processo tem características políticas, constituindo um ataque ao direito democrático de livre manifestação.

Nesta edição reproduzimos as manifestações de repúdio recebidas pela APROPUC na absurda criminalização de sua diretora.



ROBERTO DE OLIVEIRA

**Manifeste o seu repúdio
ao processo político contra
a diretora da APROPUC
Bia Abramides**

Acesse - Assine

www.peticaopublica.com.br/Peticao_Signatarios.aspx?pi=Abramides



Acima estudantes e professores concentram-se em frente à sala onde ocorreria o depoimento. Abaixo a professora Bia Abramides, ladeada pelos advogados Aton Fon Filho e Sabrina Nouredine, ao sair da sala.

Pela quarta vez estudantes inviabilizam o Consun

Mais uma vez a reitora nomeada tentou realizar o Conselho Universitário e, novamente, os estudantes inviabilizaram a realização do Conselho. Na quarta-feira, 27/3, a professora Anna Cintra convocou uma reunião ordinária para a sala 119-A, local em que tradicionalmente é realizado o Conselho. Pouco antes do horário marcado vários funcionários, que não eram do Conselho, começaram a ocupar algumas cadeiras para "reservá-las" aos conselheiros. Porém os estudantes se adiantaram e tomaram vários assentos na mesa, além de lotar a sala.

Desta vez a professora Anna e seu staff compareceram e os alunos levaram a ela a proposta tirada em sua assembleia: usar o espaço para dialogar com a reitoria indicada e sua equipe, sem que o Consun fosse realizado. A proposta da reitora era que a sessão fosse aberta e encerrada logo em seguida com a pauta suspensa. Essa proposta, porém, desagradou boa parte dos estudantes que não queriam que o Consun fosse instalado.

Tão logo a professora tomou a palavra declarou aberta a sessão. Imediatamente o plenário começou a se manifestar aos gritos de "Fora Anna Cintra". Nesse momento Anna declarou encerrada a sessão por falta de condições de trabalho.

PROPOSTAS

Na saída dos professores os alunos interpelaram a equipe da reitora nomeada para tentar viabilizar algu-

ma alternativa. O professor Marcelo Figueiredo, diretor da Faculdade de Direito encaminhou aos estudantes e à professora Maria Amália Andery a proposta de que os estudantes formalizassem um pedido para a realização de uma audiência pública com a professora Anna.

Maria Amália achou viável a proposta desde que "houvesse civilidade na discussão" e que ela não acontecesse naquele dia. Vários estudantes e professores presentes alegaram que a maior quebra de civilidade já havia ocorrido quando a reitora nomeada instaurou um processo contra a diretora da APROPUC, professora Bia Abramides.

O professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, presente à discussão, acrescentou que não viu nenhuma manifestação agressiva dos estudantes naquele dia, além de uma manifestação democrática. Seguiu-se um ríspido debate entre alguns professores e representantes da reitoria nomeada.

Até o final desta edição ainda não havia uma posição oficial dos estudantes sobre a proposta do professor Marcelo.

POSIÇÃO DE CONSELHEIROS

As semanas que antecederam o Consun foram marcadas por discussões entre alguns conselheiros. O diretor da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Luiz Augusto de Paula, o Tuto, redigiu um texto que foi subscrito por 10 conselheiros, onde afirmava que "é nossa



MARINA D'AQUINO



Acima: os estudantes tomam a sala do Consun; à esquerda Anna Cintra e sua equipe se retiram da sala; à direita professores e estudantes discutem alternativas para o impasse.

posição que as atividades do Consun sejam retomadas de forma serena e democrática, para que o diálogo institucional seja reativado, colaborando, inclusive, com a construção de alternativas ao enfrentamento das dificuldades políticas pelas quais passa nossa universidade".

Em resposta ao documento os estudantes de Ciências Sociais divulgaram um texto onde diziam que "se os estudantes impedem que o

Consun se realize, é justamente porque se importam com a participação legítima da comunidade, e não admitem que o Consun seja assim realizado (...) dessa forma a única maneira do Consun ser realizado de forma serena e democrática é que suas decisões sejam respeitadas. O último Consun decidiu pela destituição da lista triplíce. Assim, o próximo Consun deve ter como pauta principal a urgência de novas eleições".

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Edificação: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischardt

Mais de 2 mil pessoas já manifestaram solidariedade à diretora da APROPUC

Até o fechamento desta edição, mais de duas mil vozes se juntaram aos protestos contra a atitude arbitrária da reitora nomeada da PUC-SP contra a diretora da APROPUC, professora Bia Abramides. Na edição anterior do jornal e no site da associação já citamos algumas centenas de entidades e pessoas das mais diversas atividades profissionais que assinaram o manifesto de apoio à docente. Nesta semana, entre muitos outros docentes, destacam-se:

Marina Feldman, ex-Pró-Reitora de Graduação da PUC-SP; Marcelo Figueiredo, Diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP; Luiz Carlos Campos, Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia; Madalena Guasco, da Faculdade de Educação e Presidente da Contee; Pedro Fazoni Arruda, do Departamento de Política da PUC-SP; e Mauro Luiz Perón, do Departamento de Geografia da PUC-SP.

A lista das entidades também foi engrossada com o apoio da Adunicamp (Associação dos Docentes da Unicamp), ADUSP (Associação dos Docentes da USP), ADUFF (Associação dos Docentes da Federal Fluminense), ADUFRJ (Associação dos Docentes da Federal do RJ), Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde).

O Departamento de

Ciências Sociais e Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais manifestou sua indignação. "Esperamos que a reitoria da PUC-SP reavalie sua postura autoritária e intransigente, e se abra ao diálogo com professores, funcionários e alunos, resgatando, assim, a prática democrática, que se concretiza na participação da comunidade universitária nos processos decisórios, traço que marca a trajetória vanguardista desta Instituição, lócus acadêmico onde os docentes, funcionários e discentes há muito tempo conquistaram o direito de eleger diretamente seu reitor e defenderam sem contemporizar à autonomia universitária", afirma a nota de solidariedade.

Os estudantes também se pronunciaram: O Centro Acadêmico de Serviço Social José Paulo Neto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que "este processo administrativo é um grave cerceamento à liberdade política de se expressar e se organizar, e fere a Constituição Federal". Já o Movimento Rugido do Leão, gestão do CA Leão XIII da PUC-SP, por sua vez, afirma que "o processo administrativo aberto contra a professora Beatriz Abramides é mais um dos atos que virão contra nós, por isso, mais do que nunca, devemos nos juntar para organizar uma resposta à altura para tais iniciativas".

O repúdio da Faculdade de Ciências Sociais

À Magnífica Reitora

O Conselho da Faculdade de Ciências Sociais em reunião extraordinária realizada em 25/3/2013, após analisar os dados e informes relativos ao Processo Administrativo instaurado por Ato da Reitora nº. 22/2013 contra a professora Dr.^a Maria Beatriz Costa Abramides, Vice-Presidente da APROPUC decide

manifestar repúdio ao referido ato e exigência de sua imediata revogação. Não aceitamos represálias a manifestações dos que, no interior da universidade, lutam pelo direito à livre manifestação e expressão.

Mariângela Belfiore Wanderley, presidente em exercício do Conselho da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP

Solidariedade de fora da PUC-SP

"Apoio incondicionalmente a luta pela retirada imediata desta sindicância e coloco-me à inteira disposição da professora Beatriz Abramides, repudiando a ação da reitora nomeada. Pela autonomia e democracia na universidade!"

Luiza Erundina, deputada federal e ex-professora da PUC-SP



"Sou formado pela PUC-SP onde também fiz doutorado, iniciei e consolidei minha carreira de professor universitário. Relembro sempre a grandeza dessa instituição e sua importância na instauração de processos democráticos na vida acadêmica e política do país. Para mim é, pois, inconcebível essa atitude de perseguição política e de cerceamento do direito à livre manifestação."

Demerval Saviani, professor da Unicamp

Encontro Internacional aprova solidariedade à professora Bia

Cerca de 70 organizações sindicais, representando 30 países, realizaram em Paris o Encontro Internacional do Sindicalismo de Base.

Na oportunidade os sindicalistas tiraram uma nota de solidariedade aos professores Beatriz Abramides e Ricardo Antunes, pelas perseguições que ambos têm sofrido no Brasil. Ao lado transcrevemos o apoio:

No Brasil, o professor Ricardo Antunes, da Universidade de Campinas (Unicamp), foi interpelado junto à Justiça devido a uma denúncia do Proifes, entidade pseudosindical e paragovernamental, criada para combater o Sindicato Nacional dos Docentes Universitários, Andes-SN, por ter defendido na televisão a

greve dos professores contra o "sindicalismo" oficialista. Simultaneamente na Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) iniciou-se um processo de demissão contra a professora Beatriz Abramides, dirigente sindical da APROPUC, sindicato dos professores, por se solidarizar com a luta dos estudantes dessa instituição,

em virtude de uma resolução neste sentido da assembleia geral docente. Os participantes do Encontro Internacional do Sindicalismo de Base manifestam toda sua solidariedade a esses professores e companheiros, junto ao Andes-SN, e denunciam todas as formas de criminalização da luta de classes e dos movimentos sociais.

Processo viola Direitos Humanos

Willis Santiago Guerra Filho

O processo de sindicância que se instaurou na PUC-SP com a clara intenção de demitir a professora Beatriz Abramides é uma violação, ainda mais clara, de direitos humanos e fundamentais, por desconsiderar a dignidade humana na pessoa da professora, destrutada como sujeito de tais direitos, por reduzida à condição de mero objeto naquele processo. Isso porque não é a ela, a professora destacada do curso de Serviço Social da PUC-SP, a quem se haveria de fazer as imputações ali constantes, posto que não estava exercendo suas funções docentes, quando praticou o quanto se toma como base para fazer as referidas imputações. A professora se encontrava no exercício de uma representação de todos nós, docentes da PUC-SP, especialmente

os filiados à Associação de Professores desta mesma PUC. Ela nos representava a todos os que nos sentimos ludibriados pelo modo como se deu a nomeação da atual reitoria da PUC-SP.

E não se venha invocar a letra fria da lei para respaldar esta nomeação e agora, também, a abertura desta sindicância, pois estamos numa Universidade Católica que homenageia com seu nome a São Paulo, não só a Cidade, mas também àquele que em célebre passagem de carta aos Coríntios os adverte contra os malefícios da letra que mata, conclamando-os a se voltarem para o espírito, que dá vida, assim como antes, referindo a quem o teria ofendido na comunidade, ofendendo assim a toda ela, incita-a a "perdoá-lo e animá-lo, para que não aconteça que a pena excessiva acabe com ele. Por isso vos exorto a garantir-lhe

vosso amor" (2 Coríntios 2: 7 e 8). Eis que falar em violação da dignidade humana e de direitos humanos é o mesmo que dizer de um ataque ao cristianismo, matriz geradora de tais concepções, ainda que se valendo de insumos das mais diversas proveniências. Neste caso que ora nos ocupa, há dois agravantes, pelo menos, que merecem ser destacados.

Primeiro, a tentativa de violação de direitos com o emprego do próprio direito, degradando a ele e a todos nós que dele dependemos para nos relacionarmos dignamente. Segundo, o recurso ao chamado "mecanismo vitimário", tomando alguém para "servir de exemplo" a fim de intimidar aos demais e se afirmar uma supremacia valendo-se de um bode expiatório, conforme bem esclarece o crítico literário e antropólogo, católico, René Girard, para quem o

sacrifício de Cristo se deu a fim de que não mais se praticasse esse modo violento de encerrar a violência, postergando-a, prolongando-a e, logo, aumentando-a. É o que expressaria o próprio São Paulo, em passagem da Carta já referida: "Se alguém é cristão, é criatura nova (de uma humanidade nova). O que era antigo passou, chegou o novo. E tudo é obra de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo e nos confiou o ministério da reconciliação. Isto é, Deus estava, por meio de Cristo, reconciliando o mundo consigo, não lhe apontando os delitos, e nos confiou a mensagem da reconciliação" (2 Coríntios 5: 17 e 18).

Willis Santiago Guerra Filho é professor e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Direitos Humanos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da PUC-SP

O processo movido contra Bia poderia ser usado contra Anna Cintra

Cauê Seignemartin Ameni

Recebi em minhas mãos o processo administrativo movido contra a professora Bia Abramides, por constar meu nome no relatório feito por Amauri Aparecido, funcionário da empresa terceirizada de segurança Graber. Numa primeira e rápida leitura notam-se desastrosos deslizes, inverdades e a real motivação política por trás do processo. Se a intenção era ameaçar, provocou apenas mais decepção.

Segundo o relatório, eu e Stefano Wroblewski (estudante de Jornalismo) entramos e sentamos na cadeira do Consun (27/2/13). Entretanto, todos viram - e me ouviram - do lado de fora da sala discutindo com a professora Margarida (pró-reitora de graduação). O Stefano além de ter chegado horas depois, também não sentou na cadeira. A declaração que consta no relatório é provavelmente fruto de intimidação ou incompetência. Não é novidade para ninguém que milhões de objetos são roubados diariamente dentro da PUC-SP enquanto os Grabers passeiam pelos corredores e se preocupam em vigiar a entrada dos estudantes na Universidade. Gostaria de ver, com todo o aparato de vigilância, alguém provar o contrário. É natural que uma "reitora" que usou da mentira para tentar se eleger não verifique a veracidade dos fatos ao assinar um relatório.

Depois analisei junto ao Estatuto os supostos "delitos" cometidos pela professora e vice-diretora da APROPUC Bia Abramides. Para quem vem acompanhando a crise política desde o seu início, percebe-se claramente a parcialidade política do processo e que os mesmos artigos retirados do regime disciplinar poderiam ser usados com maior contundência contra a própria professora Anna Cintra. Vamos ponto a ponto:

Primeiramente, há uma distinção imensa em violar a norma abertamente, executada em público, e violá-la clandestinamente. A obviedade é tamanha que só pode ser ignorada por preconceito ou má vontade. O transgressor convencional age exclusivamente em seu próprio benefício; já o contestador civil, ainda que seja um dissidente da maioria, age em nome e para o bem de um grupo, nesse caso a APROPUC e o movimento estudantil. Desafiam-se as autoridades e a lei estabelecida no terreno da divergência, quando os canais normais para a mudança ou queixa já não funcionam. A Bia não estava lá como professora, e por isso dificilmente se enquadraria no processo trabalhista (CLT artigo 482, alíneas "b" e "h"), estava lá como representante de uma associação. Portanto, o processo é nulo em matéria de objeto.

Agora vamos ao processo interno.

- Desrespeito as pessoas envolvidas no convívio/ambiente universitário (Art 322,I): Se perguntarmos para metade da comunidade acadêmica o que a Bia Abramides fez para desrespeitar o ambiente universitário, e o que a professora Anna Cintra, última colocada em votação, fez para desrespeitá-lo (ao assinar um documento publicamente dizendo que não aceitaria o cargo caso não fosse a primeira colocada na votação), teríamos uma resposta óbvia, concreta e constrangedora.

- Falta de acatamento a disposições legais, estatutárias e regimentais (art 322, II): A professora Anna Cintra é que seria multada no valor de R\$ 10 mil caso continuasse descumprindo a decisão judicial, que a afastava como reitora, uma vez que o Consun do dia 12/12/12 revogou a lista tríplice.

- Desrespeito a superiores hierárquicos e colegiados da Universidade: No Consun realizado no final de novembro, a professora Anna Cintra foi convocada duas vezes para dar explicações ao órgão máximo de consulta e deliberação da Universidade. Além de não ter comparecido, seu advogado pediu vistas do processo; no julgamento do mérito, a professora preferiu se omitir novamente. A decisão tomada na sessão realizada no dia 12/12/12, com aval judicial, foi em seguida

desrespeitada pela professora até o ato de sua breve renúncia no dia 19/12/12.

- Contribuir ou influir para atos de indisciplina dos estudantes (art. 325, § 2º, II): A Universidade entrou em greve geral, amontoou cadeiras em protesto no exato momento que a professora Anna Cintra aceitou o cargo, desrespeitando o compromisso selado com a comunidade no período eleitoral. Os estudantes não impediram o Consun do dia 27/2 por incitação da Bia, muito pelo contrário. As assembleias estudantis, da manhã e da noite, já tinham deliberado pelo impedimento do conselho. A APROPUC que realizou uma assembleia em seguida apenas acompanhou a nossa decisão.

No mesmo artigo 322, em que se trata do regime disciplinar, os processantes fizeram questão de pular o terceiro inciso, na qual consta a preservação do patrimônio moral, cultura e material da PUC-SP. Ironicamente este é justamente o inciso da ação que esta tramitando na justiça contra a Anna Cintra.

No capítulo seguinte, em que se trata do regime disciplinar do corpo docente, identifiquei mais uma grave infração em que a Anna Cintra se enquadraria. Lê-se no artigo 325, § 1º: As penas de advertência e repreensão aplicam-se

continua na próxima página

continuação da página anterior

nos casos de omissão ou negligência no cumprimento de deveres inerentes à sua função, conforme sua gravidade.

A função de um professor é educar. A professora Anna Cintra não estaria

negligenciando o seu papel pedagógico ao mentir para se eleger e refutar o diálogo pessoal? E a total omissão perante a comunidade e o Consun não estaria sistematicamente ferindo o dever de sua pretensa função como "reitora", tendo em vista que sua última aparição pública foi há seis meses atrás no debate do Roda Viva.

É triste ver o exemplo ético que os membros de uma instituição de ensino vêm repassando à comunidade. Num processo cuja legalidade está exposta a graves dúvidas, e os envolvidos persistem em tratá-lo com pouco cuidado pedagógico e muita maracutaia política, temos uma pessoa covarde, sem palavra e re-

vanchista ascendendo como reitora, ao mesmo tempo que uma professora corajosa, e por isso admirada pelos alunos, vem sendo sorratamente perseguida.

Cauê Seignemartin Ameni é estudante de Ciências Sociais da PUC-SP, vendedor de livros e editor do site Outras Palavras

Conselho Federal de Serviço Social divulga apoio e cobra reitoria da PUC-SP

Assim que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tomou conhecimento da abertura do processo administrativo R-6/2013 contra Beatriz Abramides, professora da PUC-SP, assistente social e diretora da APROPUC, logo tratou de se posicionar através de comunicado oficial à categoria e à sociedade, divulgado no começo da semana passada. O Conselho, ao início do documento, expõe que "a instauração do referido processo administrativo vem causando toda a espécie de perplexidade e indignação no âmbito do Serviço Social; da comunidade acadêmica e da sociedade, pois viola elementar direito constitucional que garante a liberdade da livre expressão do pensamento". Desde já se colocando contrário à criminalização da professora Beatriz Abramides. Após esmiuçar as contradições do processo em si, o CFESS propõe uma análise de suas alegações baseada no Código de Ética do/a Assistente Social. Quanto à natureza do processo, o CFESS acredita

que "a indagação sobre a verdadeira natureza do Processo Administrativo só pode ser desvelada se situarmos a natureza da situação ocorrida na reunião do Conselho Universitário (Consun).

Conforme divulgado pelo jornal PUCviva nº 856, da Associação dos Professores da PUC-SP, no dia 4/3/2013, a presença da assistente social professora Abramides na reunião do Consun foi determinada por deliberação da Assembleia dos/as Professores/as do dia 26/2, em apoio à manifestação dos/as alunos/as, decidida em Assembleia dos/as Estudantes. Portanto, a Professora esteve presente na reunião do Consun do dia 27/2, como Diretora da APROPUC, representando decisão coletiva dos/as docentes, em apoio a manifestação política dos/as estudantes, deliberada coletiva e autonomamente, em suas instâncias de organização.

A presença da assistente social e Diretora da APROPUC, professora Abramides, na manifestação dos/as estudantes é, portanto, um ato de natureza emi-

nentemente política que está sendo enquadrado, pela reitoria da PUC-SP, em normas jurídicas administrativas, buscando-se descaracterizar o caráter político - tanto do movimento estudantil/docente e da ação profissional/sindical".

E complementa: "na qualidade de entidade que tem a atribuição legal de defender as prerrogativas, a dignidade da profissão e dos/as profissionais do Serviço Social, o CFESS considera que a política é uma dimensão da intervenção profissional e que a mesma objetiva eticamente a defesa da liberdade, da democracia, da autonomia, dos direitos humanos e a recusa da discriminação e do autoritarismo; valores ético-políticos que orientam as reivindicações do movimento de professores, alunos/as e funcionários/as, em oposição à Reitoria nomeada da PUC-SP, em 2012".

O documento é assinado por Sâmya Rodrigues Ramos, presidente do Conselho Federal de Serviço Social, e Maria Regina de Ávila Moreira, presidente da Associação Brasileira

e Ensino e Pesquisa em Serviço Social, da qual Bia Abramides também já foi diretora. Ao final, ele reitera o caráter político do processo e cobra a direção da PUC-SP. "Por todo o exposto, na medida em que a assistente social professora e diretora da APROPUC Maria Beatriz Abramides está sendo acusada de 'mau comportamento ético-moral', o Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, cumprindo suas atribuições legais, em conformidade com o previsto pela lei 8662/93, vem a presença da reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo bem como de seu Conselho Universitário, solicitar a IMEDIATA REVISÃO da decisão substanciada pelo, ATO DA REITORIA nº 22/2013, que veio instaurar processo administrativo contra a assistente social/professora acima citada, ANULANDO-SE TAL ATO e determinando-se o arquivamento do expediente. Solicitamos que essa Reitoria apresente resposta por escrito, a presente solicitação", conclui.

Manifestação dos professores da área de Serviço Social da PUC-SP

O processo administrativo impetrado à professora Dra. Maria Beatriz da Costa Abramides deve ser analisado num contexto mais amplo, pois, como dirigente da Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC), sua participação na manifestação estudantil durante a realização do Conselho Universitário da PUC-SP (Consun), no dia 27/2/2013, atendeu à deliberação de Assembleia dos Professores realizada no dia anterior. Nesse sentido, esse ato não é dirigido apenas à pessoa na sua individualidade, posto que atinge a representação docente em manifestação coletiva no espaço público da universidade.

Mas como colegas da área do Serviço Social, que a conhecemos de longa data, nos manifestamos publicamente para testemunhar que esta decisão extrema, sem precedentes em nossa Universidade, atinge não apenas a militante sindical das causas democráticas e populares, mas também a docente e pesquisadora de longa e consistente trajetória acadêmica e intelectual.

A professora Bia, como é chamada, ingressou na universidade por meio de processo seletivo em 1982, tendo uma trajetória de compromisso com o ensino laico, de qualidade e comprometido com os interesses e necessidades da população. Participou ativamente da construção do projeto pedagógico do curso de Serviço Social, bem como da pesquisa que

redundou na sua reforma curricular em 2010. Em nível nacional, projetou-se por meio de sua participação na construção e implementação das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPPS), da qual foi dirigente por mais de uma gestão. Nessa condição desenvolveu um trabalho de articulação dos cursos de Serviço Social da regional

truição da pesquisa sobre movimentos sociais na área.

Integrou a Asociación Latino Americana de Escuelas de Trabajo Social (ALAEETS) na condição de dirigente e pesquisadora, contribuindo para o processo de articulação das unidades de ensino do Serviço Social latino americano.

No curso de Serviço Social implantou a disciplina Trabalho e Questão Social

inserção na categoria dos assistentes sociais tendo contribuído decisivamente nos fóruns do conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) para a construção do Projeto Ético Político da profissão. Nos congressos profissionais e científicos promovidos pelas entidades acadêmicas e profissionais da área é uma constante integrar equipes de avaliadores dos trabalhos, coordenar mesas e proferir palestras.

Por todas essas considerações, entendemos que o processo administrativo contra a professora Bia atinge simultaneamente a pessoa docente e política que a sintetiza, assim como a todos os professores da Universidade e sua trajetória acadêmica, profissional e sindical desmente a falsificação grosseira da incompatibilidade entre excelência da produção científica/docente e militância das causas democráticas.

Por tudo isso, apelamos aos dirigentes da PUC-SP para que o processo administrativo contra a professora Dra. Maria Beatriz C. Abramides seja retirado imediatamente. E nenhum outro processo desta natureza seja aberto contra nenhum dos seguimentos que compõem a universidade, em nome da defesa da livre expressão e manifestação, por uma PUC-SP autônoma e democrática.

Professores dos cursos de graduação e pós-graduação de Serviço Social da PUC-SP



Esta decisão extrema, sem precedentes em nossa universidade, atinge não apenas a militante sindical das causas democráticas e populares, mas também a docente e pesquisadora de longa e consistente trajetória acadêmica e intelectual.



São Paulo, decisivo para o processo de implantação das diretrizes curriculares da área, tendo participado ainda da construção de projetos pedagógicos de vários cursos de Serviço Social em São Paulo.

Bia foi indicada pela ABEPSS para compor o elenco de avaliadores nacionais do MEC para o curso de Serviço Social, bem como para a Comissão de Especialistas do MEC, da qual não participou por discordância com a política nacional de avaliação. Atualmente é coordenadora do Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre Movimentos Sociais da ABEPSS em prol da cons-

e o Núcleo de Relações de Trabalho. Credenciada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social em 2011, assumiu a coordenação do Núcleo de Estudos de Aprofundamento Marxista (NEAM), dando continuidade aos estudos iniciados pelo professor Dr. José Paulo Netto, sendo atualmente também orientadora de dissertações e teses. Como pesquisadora tem uma produção acadêmica significativa e reconhecida nacional e internacionalmente. No curso de graduação vem recebendo o reconhecimento dos colegas e do alunado, sendo assiduamente homenageada.

Bia tem uma intensa

ROLA NA RAMPA

SINPRO-SP aprova proposta para ensino superior

Professores do ensino superior aprovaram a proposta feita pela comissão intersindical no sábado, 23/3, em assembleia no SINPRO-SP. A proposta prevê 6,52% de antecipação salarial a partir de março, manutenção dos direitos da convenção coletiva e a continuidade das negociações, quando serão tratadas as questões não resolvidas nesta reunião. Os trabalhadores vão continuar discutindo com os

empregadores os temas mais complexos, que estão sintetizados nos quatro eixos da campanha salarial, tais como o aumento do poder aquisitivo, piso salarial, adicional por titulação e o trabalho tecnológico. A proposta ainda deve ser discutida nos demais sindicatos de professores, auxiliares e técnicos administrativos que compõem as federações FEPEESP, FEPAAE e FETEESP, unidas na campanha salarial 2013.

ARII oferece vagas para ensino superior em cinco países

Estão abertas as inscrições para o Programa Ciência sem Fronteiras, promovido pela Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais da PUC-SP. Há vagas para

graduandos em instituições de ensino superior da Áustria, Bélgica, China, Finlândia e Irlanda. Para mais informações e acesso ao edital, veja no site www.pucsp.br/arrii.

PM do RJ desapropria com violência Museu do Índio

Na sexta-feira, 22/3, a Polícia Militar do RJ invadiu violentamente o Museu do Índio, situado ao lado do estádio do Maracanã, entrando em conflito com indígenas e militantes que resistiam à remoção no local. Desde o dia anterior já estava em voga uma decisão judicial de desapropriação do terreno, que será transformado em um Museu Olímpico até as Olimpíadas de 2016.

Até a invasão, que ocorreu por volta das 11h da sexta, índios e PM negociaram durante horas a saída de jovens e idosos, mas não chegaram a um acordo de retirada pacífica da comunidade indígena. Segundo representantes da tribo e do poder público que acompanhavam a remoção, a polícia militar utilizou de violência extrema durante a

invasão. Já a PM afirma que a operação só aconteceu de tal modo porque os índios atearam fogo em uma oca, o que poderia causar um incêndio ainda maior nos arredores. Na semana passada, a ONG Justiça Global encaminhou relatório à ONU denunciando abuso de poder e autoridade das forças policiais, devido ao "uso indiscriminado do spray de pimenta e das bombas de efeito moral pela polícia, além das prisões de pelo menos seis manifestantes sem justificativas e sem permissão aos advogados de acompanhar as detenções".

Os índios retirados do terreno que ocupavam no Maracanã, na Zona Norte do Rio de Janeiro, devem passar cerca de um ano em um alojamento provisório junto ao Hospital Curupaiti, em Jacarepaguá, na Zona Oeste da

Espetáculo Facas nas Galinhas em cartaz no Tucarena

O grupo Barracão Cultural encena a peça Facas nas Galinhas, de David Harrower, no Tucarena até o dia 28/4. A peça, desde meados dos anos 90, já foi encenada em mais de 25 países. Facas nas Galinhas traz um texto poético sobre uma mulher jovem em uma aldeia. Casada com um camponês rude e provavelmente adúltero, ela tem um encontro com o odiado moleiro, que a impulsiona no percurso da descoberta de si mesma, per-

fazendo uma trilha que a leva da ignorância à consciência e à libertação. A montagem tem direção de Francisco Medeiros e elenco formado pelos atores Eloisa Elena, Cláudio Queiroz e Thiago Andreuccetti. A peça tem apresentações aos sábados (21h) e domingos (19h). O valor dos ingressos é de R\$ 40 (R\$ 20, meia-entrada, e R\$ 10 para estudantes, professores e funcionários da PUC-SP). Informações no site www.teatrotuca.com.br.

Neils lança nova edição da revista Lutas Sociais

O Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais da PUC-SP, NEILS, está lançando a 29ª edição da revista Lutas Sociais. A nova edição conta com artigos de intelectuais e militantes conhecidos, como o professor David Harvey e Gilmar Mauro,

além de conter um dossiê especial sobre Barricadas Urbanas, ou seja, lutas sociais cujo campo de batalha é fundamentalmente a cidade. Para ter acesso a nova edição de Lutas Sociais, entre em contato com o email luc.flavio@terra.com.br.

GM demite em massa

A General Motors demitiu na terça-feira, 26/3, 598 metalúrgicos da fábrica de automóveis de São José dos Campos (SP) que estavam com os contratos de trabalho suspensos (lay-off) desde agosto de 2012. Segundo a assessoria de imprensa da montadora, as demissões fazem parte do acordo firmado em 26 de janeiro deste ano entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos. De acordo com a assessoria do sindicato, dos 748 trabalhadores com contratos suspensos desde agosto de 2012, apenas 150 foram considerados estáveis pela empresa e, portanto, ficaram de fora da lista de demitidos. A entidade informou também que a direção do sindicato se reuniu com a GM para tentar convencer a montadora a não demitir os funcionários e reintegrá-los à produção na fábrica, mas a proposta não foi aceita.

cidade, antes de irem para um local definitivo, ainda indefinido, informou no sábado, 23/3, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado. Em resposta à violenta desapropriação, cerca de 60 manifestantes e índios voltaram ao local na madrugada de sábado para domingo, 24/3, para montar acampamento. Porém, foram retirados pelo Batalhão de Operações Especiais e pela PM e levados para prestar esclarecimentos.

O Museu do Índio existia desde 1953, criado por Darcy Ribeiro, e ficava desde 1978 na Rua das Palmeiras, 55, em Botafogo. A APROPUC solidariza-se com a luta dos indígenas removidos de sua terra e repudia mais essa ação truculenta da polícia no trato com os lutadores e movimentos sociais.